



ABTL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TERMINAIS DE LÍQUIDOS



Clipping Diário

QUARTA-FEIRA 18.03.26

Portos e terminais do Sudeste movimentam 56,5 mi/t em janeiro

PLATAFORMA: MODAIS EM FOCO | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

A movimentação de cargas nos portos e terminais da região Sudeste alcançou 56.472.876 milhões de toneladas em janeiro. O volume representa crescimento de 20,84% em relação ao mesmo período de 2025, que registrou 46,7 milhões de cargas movimentadas. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

O desempenho regional foi sustentado principalmente pelos granéis sólidos, que somaram 26 milhões de toneladas, com alta de 22% frente a janeiro de 2025. Os granéis líquidos alcançaram 22,2 milhões de toneladas, registrando crescimento de 41%, fortemente influenciados pela movimentação de petróleo e derivados. Já as cargas em contêineres responderam por 5,6 milhões de toneladas, enquanto a carga geral atingiu 2,7 milhões de toneladas.

Movimentação por instalações portuárias

A movimentação de cargas nos portos organizados cresceu 7% em relação a janeiro de 2025, alcançando 16,8 milhões de toneladas. Santos (SP), que tem o maior porto do Brasil, liderou a movimentação no Sudeste com 10,1 milhões de toneladas, 14% a mais do que o registrado anteriormente, o porto paulista também respondeu por 9,7% de toda a carga movimentada na região. Na sequência do ranking, aparecem Itaguaí, com 4,74 milhões de toneladas; Rio de Janeiro (RJ), com 1,07 milhões de toneladas; Vitória (ES), que movimentou 706 mil toneladas; e São Sebastião (SP), com 159,7 mil toneladas passando pelo porto.

Nos terminais autorizados, o crescimento foi de 28% com movimento de 39,7 milhões de toneladas nessas instalações. O destaque em movimentação de cargas é do Terminal de Petróleo TPET/TOIL – Açu (RJ), com 7,6 milhões de toneladas; em seguida, o de Tubarão (ES), que registrou 7,2 milhões de toneladas; já pelo Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (RJ), passaram 6 milhões de toneladas; no Terminal Aquaviário de São Sebastião (SP), 5,1 milhões; e no Terminal da Ilha de Guaíba (RJ) – TIG, 2,2 milhões.

Segundo Costa Filho, a concentração dessas grandes instalações portuárias é um diferencial competitivo da região. “Estamos falando de portos que operam em alta escala, com vocações bem definidas, o que garante eficiência, previsibilidade e competitividade ao comércio exterior brasileiro”, destacou.

Principais mercadorias

O Estatístico Aquaviário da Antaq aponta petróleo e derivados (óleo bruto) como a principal mercadoria movimentada na região (32,5% do total), com 18,3 milhões de toneladas, crescimento de 46,7%, refletindo a força do setor energético do Sudeste para o Brasil já no início do ano.

O minério de ferro aparece como a segunda carga mais movimentada, alcançando 17,9 milhões de toneladas, com alta de 21,5%. Cargas em contêineres somaram 5,6 milhões de toneladas. Já os derivados de petróleo (sem óleo bruto) totalizaram 3,2 milhões de toneladas, com alta de 20,8% na comparação com janeiro de 2025, mantendo volumes relevantes na matriz de cargas regionais. O açúcar também registra movimentação expressiva no Sudeste de 1,6 milhão de toneladas e crescimento de 70%, impulsionada pelo agronegócio.

Do total movimentado nos portos do Sudeste, 40,7 milhões de toneladas foram transportadas na navegação de longo curso; operações entre Brasil e outros países. Esse tipo de transporte registrou crescimento de 20,76% em relação a janeiro de 2025, demonstrando o fortalecimento da integração da região com os mercados internacionais neste início de ano.

Já a cabotagem, que é o transporte de cargas entre portos brasileiros, somou 12,9 milhões de toneladas no período, com alta de 23,5% na comparação com janeiro do ano passado. Essa modalidade é fundamental para a logística nacional, pois permite o deslocamento de grandes volumes de mercadorias ao longo da costa, reduzindo custos e complementando o transporte rodoviário.

Ao analisar as mercadorias que entraram e saíram do país pelos portos do Sudeste, os dados da Antaq indicam ainda que as exportações cresceram 26,25%, enquanto as importações registraram leve retração, de 1,71%, movimento que indica ajustes pontuais no volume de mercadorias.

Governo é pressionado por subsídio a bunker de navios e por preço do diesel

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

Os armadores de cabotagem já sinalizaram ao governo federal a necessidade de subsídio para o bunker de navios. De acordo com o diretor-executivo da Abac (Associação Brasileira de Cabotagem), Luis Fernando Resano, a medida é importante para manter a navegação de cabotagem brasileira em curso. A declaração foi feita durante painel que discutiu os impactos causados pela guerra do Oriente Médio na navegação, realizado na FPPA (Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos), nesta terça-feira (17).

Em outra frente sobre os efeitos do conflito na logística brasileira, a pressão de caminhoneiros sobre o preço do óleo diesel movimentou o governo, que vai apresentar novas medidas nesta quarta-feira (18). O ministro dos Transportes, Renan Filho, antecipou, em postagem nas redes sociais na noite desta terça, que serão adotadas ações “adicionais” para garantir a integralidade do cumprimento da tabela do preço mínimo do frete – tema de insatisfação dos motoristas e que engrossou a reclamação da categoria diante da escalada do diesel.

Segundo Renan, a fiscalização intensificada “ao longo dos últimos meses” sobre o cumprimento da tabela do frete, feita pelo Ministério dos Transportes e a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), não foi suficiente. Sendo assim, segundo o ministro, “quem insistir em desrespeitar a tabela passará a ser efetivamente responsabilizado, como transportador, contratante, acionista ou controlador da empresa, com medidas que interromperão a irregularidade, desestimularão a reincidência e corrigirão distorções de mercado”.

“A meta é sair de um modelo de baixa efetividade para um modelo que vai garantir o cumprimento do preço mínimo do frete para o caminhoneiro”, declarou.

Piso do frete

A ANTT informou nesta terça-feira que atualizou os pisos mínimos do frete rodoviário, após a alta no preço do diesel S10. Segundo a agência, o preço médio do combustível chegou a R\$ 6,89 por litro, alta de 13,32% em relação ao último reajuste, quando estava em R\$ 6,08, acima do gatilho de 5% previsto na Lei 13.703/2018.

Integrantes do governo federal se reuniram nesta terça-feira à noite, na sede da Casa Civil, para discutir o assunto. Mais cedo, o presidente da ANTB (Associação Nacional do Transporte no Brasil), José Roberto Stringasci, afirmou ao Broadcast Agro que “o fechamento de rodovias será inevitável caso a paralisação de caminhoneiros avance, em meio à escalada do diesel e à insatisfação com o frete”.

O principal fator de pressão para a greve é o diesel que, mesmo após o anúncio da zeragem de PIS/Cofins e da subvenção ao combustível, teve o efeito reduzido com o reajuste de 11,6% anunciado pela Petrobras na última sexta-feira (13).

Bunker

Na navegação, o combustível representa de 30% a 60% dos custos de um navio. As empresas associadas à Abac já comunicam ao mercado a aplicação de custos adicionais para suportar a alta nos preços do bunker, que variam de R\$ 180 a R\$ 400 para contêineres de 20 pés e de R\$ 360 a R\$ 900 para contêineres de 40 pés. De acordo com a associação, o MPor (Ministério de Portos e Aeroportos) foi acionado sobre o assunto, mas ainda não havia dado retorno.

No cenário mundial, cerca de 10% da frota global de navios opera em rotas com destino ao Oriente Médio, o que já gera impactos na logística marítima. Os principais reflexos recaem sobre as exportações de milho, soja, farelo, açúcar e carnes. Os relatos são de que já há problemas para obter contêineres refrigerados. Nas importações, há preocupação com o abastecimento de fertilizantes (especialmente ureia) e combustíveis, como o diesel.

TCU suspende recursos federais para projeto do túnel Santos-Guarujá

PLATAFORMA: PORTOS E NAVIOS | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

Ministro Bruno Dantas determinou que Autoridade Portuária não realize aporte de R\$ 2,6 bilhões para a PPP do empreendimento

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do aporte de recursos federais da Autoridade Portuária de Santos (APS) para o projeto do túnel Santos-Guarujá. A decisão do ministro Bruno Dantas ocorre por falta de segurança jurídica do processo da PPP (parceria público-privada), que envolve o convênio entre União e Governo de São Paulo para o projeto.

Durante sessão do Tribunal nesta quarta-feira (18), Dantas argumentou que não existe um documento de instrumento jurídico que possa servir de controle e fiscalização dos recursos federais para o túnel.

Em razão disso, ele determinou a abstenção por parte da APS em aportar a quantia de R\$ 2,6 bilhões, que representa a parte do Governo Federal no futuro empreendimento e que seria feito até o fim deste mês, segundo a APS.

Na PPP, União e Estado vão aportar R\$ 5,2 bilhões, enquanto a Mota-Engil – empresa vencedora da licitação -complementa o R\$1,6 bi restante, contabilizando um investimento total são de R\$ 6,8 bilhões.

“É um caso único no Brasil, de uma PPP interfederativa. Infelizmente, por algumas dessas razões que não nos alcançam, tem faltado uma governança mais apropriada. Então, estou pedindo que qualquer aporte federal – e estamos falando de R\$ 2,6 bilhões – só seja feito depois que os instrumentos jurídicos correspondentes estejam adequadamente subscritos”, declarou o ministro.

O que será feito

O TCU deu um prazo de 30 dias para que a Autoridade Portuária apresente, em conjunto com o Governo de São Paulo, um acordo formal de governança sobre o projeto. O documento precisará trazer as regras definidas de acompanhamento do projeto, o cronograma financeiro e de prestação de contas. Segundo o relator, são mecanismos que visam garantir a transparência nos recursos públicos federais.

O presidente da APS, Anderson Pomini, declarou que a APS já solicitou ao Governo de São Paulo a minuta do contrato. No projeto da PPP, o Estado atua como poder concedente, ficando responsável pelas etapas de licitação, contratação e fiscalização do contrato.

“A decisão está correta. Por isso mesmo, a Autoridade Portuária de Santos já solicitou ao Governo do Estado a minuta do contrato para análise. Após essa avaliação e a definição do modelo de governança, a APS poderá assiná-lo, já que pagará 50% do custo do túnel”, afirmou.

Segundo o presidente do Porto de Santos, a suspensão por parte do TCU não deverá prejudicar o cronograma da obra, prevista para ser iniciada ainda neste ano.

Projeto

O túnel será a primeira travessia submersa do Brasil, com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros em trecho imerso. A obra utilizará módulos de concreto pré-moldados instalados no leito do canal portuário.

O projeto prevê três faixas de rolamento em cada sentido, uma delas adaptada para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de ciclovia, passagem para pedestres e galeria de serviços. A expectativa é que a obra seja concluída em seis anos.

Protagonismo feminino e tendências do comércio exterior são temas do evento “Mulheres do Comex 2026”

PLATAFORMA: COMEX DO BRASIL | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

Com o objetivo de destacar a força feminina no comércio exterior, a B2Gether, empresa especializada em câmbio, realizará a 2ª edição do “Mulheres do Comex” no dia 24 de março, a partir das 9 horas.

Trata-se de um evento de conteúdo totalmente online e gratuito, criado em homenagem ao Mês da Mulher e que visa destacar, valorizar e inspirar a participação feminina em um setor fundamental para a economia brasileira.

O encontro reunirá mulheres especialistas para discutir temas técnicos e relevantes no campo do comércio exterior, como processos de importação, DUIMP, logística marítima internacional, incentivos às exportações brasileiras e métricas no desembaraço aduaneiro.

“O Mulheres do Comex não é apenas uma celebração referente ao 8 de março, mas sim um espaço de troca técnica, estratégica e prática. Queremos dar visibilidade às vozes que movem o comércio exterior brasileiro todos os dias, com a proposta de oferecer um conteúdo de alto nível”, afirma Janaina Assis, sócia-fundadora da B2Gether.

As inscrições para o Mulheres do Comex 2026 podem ser feitas pelo site da B2Gether.

Serviço

Evento: Mulheres do Comex 2026

Data: 24 de março

Horário: a partir das 9 horas

Formato: Online

Inscrições: <https://business2gether.com/mulheres-do-comex/>

ANTAQ apresentará, em webinar, estudo sobre a implantação de terminais de uso privado

PLATAFORMA: PORTAL ANTAQ | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgará o Diagnóstico sobre a Implantação de Terminais de Uso Privado (TUPs). O webinar foi idealizado pela Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH), e vai acontecer na próxima quinta-feira (26), às 9h30, no plenário da Agência. A iniciativa é aberta ao público e ocorre no âmbito da Agenda Plurianual de Estudos 2021–2024.

A abertura do evento – que terá transmissão pelo canal da ANTAQ – será realizada pelo diretor Alber Vasconcelos, relator do processo, e a apresentação do diagnóstico será feita pelo gerente Especial de Estudos (GEE/SEPH), Paulo Henrique Ribeiro de Perni.

O que diz o estudo

O trabalho analisou os TUPs autorizados entre 2013 e 2019 que, por diferentes razões, não iniciaram a operação no prazo inicialmente previsto no Decreto nº 8.033/2013 e conforme estabelecido nos respectivos instrumentos de outorga. Esse estudo identificou os motivos de não ter havido o início das obras ou operações portuárias pelos terminais autorizados, além de avaliar a situação de eventuais pedidos de prorrogação apresentados pelos autorizatários.

A análise apresenta um panorama estável sobre o perfil dos projetos e as cargas previstas, e também opera para que, progressivamente, o relatório final possa se destacar na modernização e eficiência, mostrando o contínuo aperfeiçoamento e atenção da ANTAQ no que diz respeito à área de segurança regulatória no setor portuário.

A partir desse levantamento, a ANTAQ poderá prever possíveis situações do setor portuário e promover soluções que, além de conciliar segurança jurídica, pois permite contextualizar aspectos regulatórios, econômicos e operacionais que impactam a maturação desses empreendimentos.

SERVIÇO

O que: Webinar de apresentação do Diagnóstico sobre a Implantação de Terminais de Uso Privado

Onde: Plenário da ANTAQ e via canal da Agência no Youtube

Quando: Às 9h30 do dia 26/03

Publicação: 19/03/2026

A urgência de olhar para a retroárea portuária

PLATAFORMA: BE NEWS | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

O Porto de Santos bate sucessivos recordes de movimentação, ano a ano. Comemoramos cada marca histórica alcançada, mas esse crescimento nos traz perguntas essenciais: Até que ponto podemos ir e qual estrutura devemos ter para que essa carga não sobrecarregue a cidade?

Conforme a atividade portuária cresce, o porto precisa de mais espaço, não só no cais. Em respostas à essa demanda, recebemos, com cautela, a boa notícia que os limites da poligonal foram revistos e ampliados. Somente na parte terrestre o crescimento será de 56%, passando dos atuais 9,3 milhões de metros quadrados para 14,5 milhões de metros quadrados.

O movimento indica que o foco da estratégia portuária vai além do cais até as áreas de retaguarda, colocando a retroárea no centro do debate sobre o futuro econômico e urbano da Baixada Santista.

As estruturas que ficam no espaço seco, usadas para receber cargas antes do embarque ou logo após o desembarque, funcionam como o “pulmão” que permite ao cais respirar. Com mais cargas chegando e saindo é preciso liberar o terminal de atracação o mais rápido possível para dar lugar ao próximo navio.

A ampliação da área poligonal do Porto de Santos traz impactos diretos para empresas de logística e para os moradores da cidade. Novas áreas abrem caminhos para novas empresas, gerando mais empregos, renda e economia. A logística urbana pode ser melhor organizada, com novos fluxos para caminhões e menor impacto no viário municipal.

A atividade portuária responde por cerca de 38 mil empregos diretos em Santos, o equivalente a um em cada cinco postos de trabalho na Cidade. Além disso, é responsável por cerca de 30% da arrecadação dos tributos municipais. Porém, não podemos precisar o quanto destes números representam as empresas que atuam com o Porto, mas fora dele.

Apesar da relevância, não existe um censo completo de quantas empresas são, quanto geram em salários, impostos municipais ou impacto social, áreas ocupadas e outros dados sobre as empresas de transportes rodoviários, terminais REDEX, terminais de vazios e os demais que operam no entorno urbano – o chamado complexo retroportuário

Estimativas do setor sugerem centenas de CNPJs, mas a ausência de uma base de dados robusta dificulta o planejamento de políticas públicas e infraestrutura.

Uma coisa é certa: os sucessivos recordes de movimentação nos fazem concluir que o retroporto é de grande importância para o Porto e não existe porto eficiente sem um retroporto forte e estruturado.

É urgente pensar de maneira estratégica para o setor. Que não olhemos apenas para o mar, mas também para a terra.

Empresa que descumprir tabela de frete será impedida de contratar transporte de carga, diz ministro

PLATAFORMA: O LGOBO | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou nesta quarta-feira que o governo vai passar a divulgar as empresas que têm mais autuações por descumprir a tabela de frete mínimo, prevista em lei desde 2018. Também vai editar uma norma para que empresas que descumpram a tabela de maneira contumaz sejam impedidas de contratar fretes. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), diz o ministro, passou a fiscalizar eletronicamente todos os fretes com dados fiscais disponibilizados pelos estados.

A tabela de frete mínimo não se aplica a empresas que verticalizam a operação, isto é, têm seus próprios caminhões e contratam os motoristas, mas sim das que terceirizam o serviço por meio da contratação de transportadoras e caminhoneiros autônomos.

Renan Filho diz que o governo deverá editar, ainda nesta semana, uma Medida Provisória que vai dar à ANTT autoridade para determinar a suspensão da autorização para contratar fretes de empresas que sejam reincidentes no descumprimento do frete. A minuta do texto está pronta.

O registro do frete poderá, em casos mais graves, ser cancelado, segundo o diretor-geral da ANTT, Guilherme Sampaio. Os prazos das sanções e as regras do processo administrativo para implementá-las devem ser estipulados em medida provisória.

O número de autuações saltou para cerca de 40 mil por mês em janeiro deste ano, segundo a pasta. As medidas são uma resposta do governo após entidades representativas dos caminhoneiros estarem se mobilizando para organizar paralisações.

No início de 2023, eram 300 autuações por mês e, no ano passado, cerca de 6 mil mensais em média, segundo o ministro. Ao todo, há 15 mil empresas que cometeram infrações nos últimos meses. Nos últimos quatro meses, as autuações somam R\$ 419 milhões.

— Não é algo pontual, é recorrente. Tem gente que atua nisso como indústria, que usa o descumprimento da tabela como uma maneira de reduzir custo. (...) Por meio de instrumentos jurídicos adequados, vamos aumentar a capacidade de enforcement do ambiente regulatório, inclusive tomando medidas preventivas para coibir o descumprimento da tabela do frete. A empresa que descumpra de maneira contumaz, tanto o embarcador quanto o transportador, vai ser impedida de contratar frete — afirmou o ministro Renan Filho.

O ministro diz que a ANTT “reúne hoje as condições necessárias para fazer a fiscalização em todo o país” com base em informações obtidas com os fiscos estaduais a partir de um convênio com o Confaz que está em vigor desde 2024.

Lista de empresas irregulares

O Ministério dos Transportes afirma que, nos últimos quatro meses, as cinco empresas com maior volume de autuações são: BR Foods (MBRF, ex-BRF), Vibra Energia (ex-BR Distribuidora), Raízen, Ambev e Cargill.

Também nos últimos quatro meses, as cinco empresas que, no somatório, tiveram os maiores valores de multa por descumprimento da lei do frete mínimo são BR Foods, Motz Transportes, TransÁgil Transportes de Carga, Unilever e Spal Indústria de Bebidas (distribuidora que atua para a Coca-Cola Femsa).

A pasta vai divulgar ativamente a lista de maiores descumpridores da tabela do frete em seu site a partir desta semana, diz Renan Filho.

A MBRF (BR Foods) informou que sua operação logística é estruturada por meio de contratos com transportadoras de grande porte e frete dedicado, não tendo como prática a contratação de transporte autônomo.

“Nesses contratos, a remuneração segue modelo específico e é composta por parcelas fixas e variáveis. A companhia reforça que eventuais análises que considerem apenas parte dessa composição não representam de forma integral os valores efetivamente praticados”, disse em nota.

Em posicionamento, a Vibra afirmou que contrata fretes por meio de processos transparentes e alinhados às práticas de mercado, baseados na concorrência entre transportadores, sem imposição de preços ou uso de leilão reverso, a partir de propostas espontâneas.

“A empresa esclarece ainda que os valores que paga em fretes são estruturados a partir de componentes fixos e variáveis, que não podem ser avaliados de forma separadas para comparação do valor total”, disse a empresa, em nota.

Já a Raízen informou que, devido ao tipo de transporte de combustível utilizado em suas operações, mantém contratos com grandes empresas e não utiliza transportadores autônomos.

“Nessa relação com as empresas cabe ressaltar que o cálculo para o pagamento do frete é baseado em duas premissas, o fixo e o variável. Entendemos que esta fiscalização está considerando apenas um dos componentes e não o frete total pago nas operações”, disse o posicionamento da empresa.

A Ambev afirmou em nota que as informações e dados apresentados “desconsideram a existência de relações contratuais de longo prazo com transportadores dedicados, além de não refletirem integralmente os parâmetros de mercado e especificidades da cadeia logística no país”.

A Unilever, por sua vez, diz que “reforça seu compromisso em cumprir com as regulamentações vigentes em sua cadeia logística aliadas às práticas de mercado como o pagamento de componentes fixos e variáveis do frete”.

“Sobre as declarações do Ministério dos Transportes, atualmente, a empresa possui procedimentos administrativos em diferentes etapas de análise. Entendemos que, na fiscalização da ANTT, não é levada em consideração a prática de mercado com a análise integral do valor pago para o transportador”, conclui a empresa.

A Motz afirma que “discute judicialmente a aplicação do piso mínimo de frete, uma vez que a tabela não considera pontos como idade dos caminhões, diferenças regionais, eficiência de embarque e desembarque, a segmentação e o valor agregado do produto, entre outros”.

A Spal Indústria Brasileira de Bebidas diz que atua “em conformidade com a legislação vigente e reafirma seu compromisso com as normas que regem o transporte de cargas no país”. A empresa afirma não ter sido notificada sobre a totalidade das autuações mencionadas, “tendo conhecimento de casos pontuais para os quais apresentará sua defesa nas esferas cabíveis”.

“A Spal confia na condução do devido processo administrativo pela ANTT e reforça que permanece à disposição das autoridades competentes, colaborando de forma transparente para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessário”, diz a nota.

Procurada, a Cargill não se manifestou. O GLOBO não localizou a TransÁgil.

Outras medidas

O governo teme que a alta dos preços de combustíveis, que persiste apesar do pacote de medidas anunciadas na semana passada para mitigar os efeitos inflacionários da guerra no Oriente Médio. Entre as medidas já anunciadas estão uma subvenção a produtores e importadores de diesel, a criação de imposto sobre a exportação de óleo bruto e diesel, multas para quem praticar preços abusivos e um aumento da fiscalização sobre os preços nas bombas dos postos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em coordenação com os Ministérios Públicos estaduais e unidades do Procon em todo o país.

Petrobras: Diesel subiria R\$ 0,70 sem pacote do governo

Após o anúncio do pacote do governo federal, ainda na semana passada, a Petrobras aumentou o preço do diesel às distribuidoras em R\$ 0,38 por litro, uma alta de cerca de 11,6%.

A maior parte do aumento seria absorvida pela subvenção do governo federal, de R\$ 0,32 por litro, mas nesta terça-feira os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Wellington Lima e Silva (Justiça e Segurança Pública) afirmaram que a ANP tem encontrado casos de aumentos abusivos e oportunistas de preço pelo país.

A ANP registrou, na semana passada, um aumento de 11,8% no preço médio do diesel no Brasil, em comparação com os preços da semana anterior, e de 2,5% no valor médio cobrado por litro de gasolina.

Em reação aos aumentos considerados abusivos, a Polícia Federal abriu um inquérito depois de receber informações das fiscalizações realizadas pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e pela ANP, que identificaram “indícios de elevação de preços sem justificativa compatível com os custos do setor”.

De acordo com a PF, a investigação vai apurar “condutas que afetam de forma ampla o mercado de combustíveis e que podem comprometer a regularidade da ordem econômica, tendo em vista a identificação de práticas abusivas em diversos estados da federação, o que exige repressão uniforme, em âmbito nacional”.

Se comprovados, os aumentos abusivos de preço podem ser enquadrados como crimes contra a ordem tributária e contra a economia popular, com previsão de penas que variam de 5 a 10 anos de prisão.

Caminhoneiros aguardam norma do governo antes de decidir sobre paralisação

PLATAFORMA: CNN | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

As lideranças dos caminhoneiros decidiram aguardar a publicação do instrumento normativo prometido pelo governo federal antes de tomar uma decisão sobre uma possível paralisação. A avaliação da categoria é de que apenas após a formalização das medidas será possível entender se as demandas foram, de fato, atendidas.

A posição foi confirmada por Wallace Landim, o Chorão, presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores, após reunião realizada nesta quarta-feira (18).

Entre os pontos em discussão estão o cumprimento do piso mínimo do frete e o reforço na fiscalização, promessa feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. A categoria também aguarda esclarecimentos sobre outras medidas reivindicadas, como mudanças na política de pedágios e ações relacionadas ao preço do diesel.

Apesar do diálogo em curso, a possibilidade de greve ainda não está descartada. Os caminhoneiros afirmam que a decisão dependerá do conteúdo final das medidas e da forma como serão implementadas pelo governo.

A expectativa agora é que, após a publicação do instrumento, as lideranças se reúnam novamente e anunciem, nesta quinta-feira (19), se as ações atendem às demandas da categoria ou se haverá mobilização nacional.

Governo prepara posse geral de novos ministros para fim do mês

PLATAFORMA: O GLOBO | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

O governo prepara uma cerimônia de posse geral dos novos ministros que sucederão os titulares que estão deixando seus postos para disputar as eleições de outubro. A data na mira do Palácio do Planalto é o dia 31 de março.

Apesar de o martelo ainda precisar ser batido sobre a realização da cerimônia geral de posse e a data, várias pastas já receberam sinalização do Palácio para se prepararem para a possibilidade.

Perto de 20 ministros devem deixar seus cargos para disputar alguma posição em outubro. Entre os maiores destaques estão os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; do Planejamento, Simone Tebet; das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; e dos Transportes, Renan Filho; além do vice-presidente Geraldo Alckmin, que deixará o comando do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mesmo que consiga manter o plano de seguir como número dois de Lula.

Algumas definições sobre substitutos ainda estavam pendentes, mas outras já são dadas como certa, como a entrada de Dario Durigan no lugar de Haddad e de Miriam Belchior, na chefia da Casa Civil, e de Marcio Elias Rosa no MDIC. Os três são secretários-executivos atualmente e já tocam a maior parte das tarefas das pastas. Olavo Noletto, que coordena o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão), substituirá Gleisi.

No Planejamento, o favorito a ocupar o cargo de Tebet é o secretário especial de avaliação governamental da Casa Civil, Bruno Moretti, que já tem tido um papel de alta relevância nas decisões de política fiscal do governo pela participação na junta de execução orçamentária liderada pela pasta. Nos Transportes, o favoritismo é de George Santoro, que tem o apoio do chefe, Renan Filho.

Como se nota, a tendência é de um novo ministério com perfil mais técnico, na linha de continuidade e entrega dos projetos em andamento, além do foco em evitar problemas que possam atrapalhar a aliança governista na disputa eleitoral, que promete ser bastante acirrada.

Para presidente do TCU, é preciso melhorar planejamento no setor

PLATAFORMA: A TRIBUNA | CADERNO: ONLINE | 19.03.26

A atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) deve contribuir para a segurança jurídica e para a superação dos principais gargalos do setor portuário brasileiro. É o que defende o presidente da Corte, ministro Vital do Rêgo Filho. Ele reforça a necessidade de melhor planejamento, execução eficiente e trabalho coordenado entre diferentes atores. Vital do Rêgo falou sobre o tema durante o Summit TCU, promovido pelo Grupo Tribuna no último dia 10, na sede do Tribunal, em Brasília.

Ao abordar o cenário atual, o ministro destacou que o País ainda enfrenta problemas estruturais relevantes, apesar de avanços observados nos últimos anos. Ele destacou que há necessidade de melhorar os acessos terrestres e aquaviários dos portos, ampliar a infraestrutura de acostagem e movimentação e requalificar a infraestrutura obsoleta para ganhar eficiência.

“Também é preciso melhorar o desempenho das nossas companhias docas, ganhar agilidade nos processos administrativos, promover transição energética, integrar os diversos modais, incrementar a resiliência das nossas infraestruturas aos impactos das mudanças climáticas, entre outros tantos desafios”, afirmou.

Segundo ele, a resposta a esse conjunto de demandas passa necessariamente por uma atuação integrada. “Para lidar com isso, precisamos cada vez mais planejar e executar melhor e atuar em conjunto. Entidades públicas, setor privado, sociedade civil organizada”.

Nesse contexto, Vital do Rêgo destacou o papel do TCU na criação de um ambiente mais estável para investimentos. “Buscamos em nossas ações promover segurança jurídica para que o setor tenha cada vez mais apetite para investir”.

O ministro também ressaltou que o Tribunal vem passando por uma transformação institucional, deixando de atuar prioritariamente de forma punitiva para assumir um perfil mais orientador. “Hoje o TCU é mais pedagógico do que sancionador”, disse. “Isso me faz muito bem, é uma convergência de todos os interesses de brasileiros e brasileiras em que, em cima dessa pauta econômica, nós teremos um desenvolvimento acelerado do Brasil”.

Vital do Rêgo também reforçou que a atuação da Corte deve ter como foco final o cidadão. “Preconizamos que os governos devem produzir resultados e gerar valor para os cidadãos. Nesse sentido, é preciso colocar o cidadão no foco da atuação deste tribunal”.

Ele reconheceu que, no setor portuário, essa relação nem sempre é direta, mas destacou os efeitos concretos dos investimentos. “Nem sempre é fácil associar nossas ações ao impacto no cidadão. Mas, como sabemos, investimentos em infraestrutura levam ao desenvolvimento econômico e aumentam o bem-estar das pessoas”.

Vital do Rêgo acrescentou que o setor tem papel relevante na geração de empregos e renda. “O setor portuário representa um setor pujante que gera emprego e renda para a população brasileira”.

Outro ponto destacado foi a ampliação do diálogo institucional. Segundo ele, o TCU tem buscado ouvir não apenas a sociedade, mas também os agentes econômicos. “Temos procurado ouvir ainda mais as pessoas a respeito dos trabalhos que realmente precisamos fazer para resolver os desafios da população brasileira. Essa escuta não é interessada apenas ao cidadão destinatário das funções públicas, mas também às entidades representativas e aos diversos agentes econômicos setoriais”.

O ministro reforçou que o papel do TCU vai além da fiscalização tradicional. “Significa não ser apenas apontar falhas ou irregularidades, mas contribuir para o desenvolvimento de soluções com base em inteligência coletiva”.

Ele concluiu destacando a importância estratégica dos portos para o País. “Portos mais eficientes significam um Brasil mais competitivo e mais integrado ao mundo e com mais oportunidades para a população”.